



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Relatório INSP-2023-0059

BI-2023-0068

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 23/05/2023

Hora: 16h50

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: Luis MAS. Machado

Outros inspetores da IRA: João PRFB. Silva

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada em resposta a um pedido de colaboração da Estrutura de Sustentabilidade do Destino Turístico – Açores DMO (Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas) no âmbito do processo de certificação da Região como destino turístico sustentável.

No local foi contactado o Vice-Presidente da Câmara Municipal do Corvo, Óscar Manuel Valentim Rocha, o qual prestou os esclarecimentos solicitados e acompanhou a visita às instalações.

A inspeção foi realizada ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 30.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2021/A, de 8 de julho.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Município do Corvo

NIPC/NIF: 512065837

Sede/morada: Rua Jogo da Bola, s/n

Código Postal: 9980-024

Freguesia: Corvo

Concelho: Corvo

Ilha: Ilha do Corvo

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: ETAR de Vila do Corvo

Endereço: Ponta Negra

Código Postal: 9980

Freguesia: Corvo

Concelho: Corvo

Ilha: Ilha do Corvo

Atividade principal: 37002 - Tratamento de águas residuais



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Outras atividades: -

Período de funcionamento: -

Licenciamento da atividade: Alvará n.º AR/2022/113



Figura 1 - Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A exploração da ETAR é realizada pela própria Câmara Municipal do Corvo, com apoio da empresa TEKBOX *Water Engineering*.

A ETAR Municipal do Corvo foi projetada para uma população de 343 habitantes e um caudal diário de 41,16 m3/dia. Segundo informação da autarquia, estão 133 habitações ligadas ao sistema, bem como as seguintes empresas: Lacticorvo; Casa de Matança; Lotaçor; Hotel Comodoro; Creche e Lar da Santa Casa da Misericórdia; empreiteiro José Carlos Silva Unipessoal, Ld.ª; Unidade de Saúde; Restaurante Caldeirão; Restaurante Traineira; Snack-bar Irmãos Metralha; Merceria “Loja do Cabral”; Merceria “Loja da Maria João”; Bar dos Bombeiros (sede social); Quartel dos Bombeiros e armazém da Portos dos Açores.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

A ETAR destina-se ao tratamento das águas residuais urbanas provenientes da zona urbana de Vila do Corvo. Com descarga do efluente final no mar.

De acordo com o projeto, a **linha de tratamento líquida** é constituída por:

- Afluência da água residual bruta à caixa de visita inicial;
- Estação elevatória inicial;
- Tratamento preliminar com grade rotativa;
- Tratamento oxidação inicial na semi-vala de oxidação;
- Elevação do caudal de efluente para 2 tanques SBR (*Sequency Batch Reator*) em EE (Estação Elevatória) intermédia;
- Tratamento secundário, biológico em 2 tanques SBR em paralelo de 50 m³;

Fases do SBR

- Alimentação;
- Arejamento;
- Decantação;
- Descarga
 - Medição do caudal através de caudalímetro;
 - Descarga do efluente tratado em meio hídrico;

A **fase sólida** é composta por:

- Espessamento: Bombagem das lamas em excesso dos reatores SBR para o atual decantador para serem espessadas;
- Desidratação: Sistema de desidratação por sacos filtrantes para desidratação das lamas;
- Extração de lamas

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Sistema público	ETAR	Domínio público hídrico
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais			

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☒ Operador de gestão de resíduos: CPR do Corvo
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

Estavam a misturar as lamas com os gradados, apesar se serem duas tipologias de resíduos diferentes: Gradados (190801) e Lamas (190805). Não comprovaram o encaminhamento das lamas para o CPR do Corvo.

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005; Art. 32.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Alvará n.º AR/2022/113, válido até 14/07/2023
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	A licença determina a realização de autocontrolo e envio à DROTRH dos respetivos boletins com uma periodicidade trimestral (3 em 3 meses, ou seja, 4 vezes por ano). Apenas efetuaram 3 autocontrolos em 2022, realizados pelo INOVA à entrada e à saída da ETAR: 5417/2022 e 5418/2022; 11357/2022 e 11358/2022; 17991/2022 e 17992/2022). Em 2023 apenas tinham realizado um autocontrolo em 12/04/2023.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Comunicaram apenas os boletins dos 3 autocontrolos realizados em 2022 (ofícios n.º 97 de 02/05/2022; 182 de 05/09/2023 e 20 de 02/02/2023). Remeteram o boletim do autocontrolo realizado em 12/04/2023 através do ofício n.º 73 de 26/04/2023.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Apesar de não ter sido no prazo de 24 horas, comunicaram à DROTRH, através dos ofícios n.º 20/2023, 70/2023, 73/2023 e 95/2023 a avaria ocorrida no autómato do quadro elétrico da casa de manobras da ETAR (tendo a ETAR que trabalhar em modo manual), bem como o desenvolvimento da situação até à sua resolução. A avaria ocorreu em dezembro de 2022 e foi solucionada em 19/05/2023.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Cumprido parcialmente	Num dos autocontrolos realizados em 2022 não cumpriam com as condições de descarga definidas no ponto 17 do Alvará n.º AR/2022/113, por motivo de avaria num dos equipamentos da ETAR (autómato).
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido parcialmente	As lamas (misturadas com os gradados) são devidamente encaminhadas para o CPR do Corvo, mas não foram acompanhadas pelas necessárias e-GAR.
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
j) As descargas da ETAR satisfazem os requisitos constantes do quadro n.º 1 do anexo I.	Art. 33.º DLR 18/2009/A	Cumprido parcialmente	Efetuaram 3 autocontrolos em 2022, à entrada e à saída da ETAR, e apenas o realizado em 28/12/2022 (Relatório de Ensaios n.º 17991 e 17992/2022) não cumpria nenhum dos três parâmetros (CBO5; CQO e SST). Essa situação ocorreu aquando da avaria do autómato do quadro elétrico da casa de manobras da ETAR. O autocontrolo realizado em 12/04/2023 cumpria com os VLE definidos para a totalidade dos parâmetros analisados (Relatório de Ensaios n.º 5061 e 5062/2023).

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos			
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Gradados (190801) e Lamas (190805)	Operador de gestão de resíduos	CPR do Corvo
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares			
<input type="checkbox"/> Resíduos urbanos			

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido parcialmente	Estavam a misturar as lamas com os gradados.
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Encaminhados para o CPR do Corvo.
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Os resíduos produzidos, gradados e lamas, eram encaminhados, misturados, para o CPR do Corvo sem as devidas e-GAR.
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Não aplicável	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Floculante RTB 100 EM

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

Não dispunham das Fichas de Dados de Segurança (FDS) no local e os recipientes contendo os produtos químicos utilizados na ETAR não se encontravam sobre uma bacia de retenção.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

9 – Instalações sujeitas a outros regimes

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

5. Descargas ou injeções de poluentes nas águas de superfície ou subterrâneas que requeiram TURH

Requisitos:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro de Responsabilidade Ambiental - Apólice n.º 0006723382 da Açoreana, válido até 12/05/2023. A renovação encontrava-se em processo de liquidação, a aguardar aprovação da Assembleia Municipal a decorrer em 14/06/2023.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- a) O incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos Alvará n.º AR/2022/113, nomeadamente: o não envio dos boletins de análise referentes ao autocontrolo efetuado à Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos (DROTRH) com uma periodicidade trimestral (de 3 em 3 meses) – Ponto n.º 20 da Condições Técnicas Específicas da Licença, bem como o incumprimento das condições de descarga (valores superiores aos VLE nos parâmetros CBO5, CQO e SST no autocontrolo realizado em 28/12/2022), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, constitui contraordenação muito grave, nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €24 000 a €5 000 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 4);
- b) Os resíduos produzidos, Gradados (190801) e Lamas (190805), eram encaminhados misturados para o CPR do Corvo sem as devidas e-GARs. A não separação dos resíduos produzidos e o incumprimento das regras sobre transporte de resíduos, violam o disposto no n.º 5 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, e o disposto nos artigos 59.º e 60.º do mesmo diploma, respetivamente, constitui contraordenação leve, nos termos do disposto na alínea a) e mm), respetivamente, do n.º 1 do artigo 229º do mesmo diploma, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto, com coima de €2000 a €36 000 (pessoa coletiva, alínea b) do n.º 2).



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO AMBIENTE E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
Inspeção Regional do Ambiente

11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Envio do relatório à DMO, para conhecimento.

Ponta Delgada, 14 de junho de 2023